

Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)

Diógenes Rabello

Mestrando em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente
– Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)

Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)

Membro do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS)

e-mail: diogenesrabello@yahoo.com

Resumo

Este texto tem como objetivo colocar em debate a disputa pelo território protagonizada pelo agrohidronegócio canavieiro e o campesinato no Pontal do Paranapanema (SP). O agrohidronegócio se caracteriza pelo monopólio da terra e da água, por produzir monoculturas com uso intensivo de tecnologias de ponta e agroquímicos, e se sustenta com base no discurso de desenvolvimento. O campesinato se caracteriza como uma forma de vida e trabalho no campo antagônico ao agrohidronegócio tanto nos aspectos produtivos quanto nos aspectos ideológicos, portanto, preocupa-se na produção de alimentos saudáveis e em diversidade, e pensa o campo como espaço de reprodução da vida. No Pontal do Paranapanema, oeste do estado de São Paulo, as famílias camponesas têm sofrido os impactos diretos e indiretos da presença do agrohidronegócio canavieiro. Esses impactos estão relacionados à dimensão material da expansão das lavouras de cana-de-açúcar, as quais estão cercando cada vez mais os assentamentos rurais e as pequenas cidades da região, bem como à dimensão ideológica na qual esta expansão está pautada, que cria mecanismos para a captura da subjetividade dos sujeitos através do discurso do emprego, da sustentabilidade e da oferta de formação profissionalizante.

Palavras-chave: Agrohidronegócio; campesinato; conflito; Pontal do Paranapanema.

Agrohidronegócio, peasantry and the dispute for the territory in Pontal do Paranapanema (SP)

Abstract

This text aims to put into debate the fight for territory carried agrohidronegócio sugarcane and the peasantry in the Pontal do Paranapanema (SP). The agrohidronegócio is characterized by the monopoly of land and water, to produce monocultures-intensive advanced technologies and agrochemicals, and is based on the basis of development discourse. The peasantry is characterized as a way of life and work in the antagonistic field to agrohidronegócio both productive aspects as the ideological aspects, therefore, is concerned in the production of healthy food and diversity, and thinks the field as play space life. In Pontal do Paranapanema, west of São Paulo, the peasant families have been the direct and indirect impacts of the presence of sugarcane agrohidronegócio. These impacts are related to the material dimension of the expansion of sugarcane plantations, which are surrounding increasingly rural settlements and urban centers of small towns in the region, and also related to the ideological dimension in which this expansion this guided which is to create mechanisms to capture the subjectivity of the subject through the employment speech, sustainability and supply of vocational education.

Keywords: Hydra-agricultural business; peasantry; conflict; Pontal do Paranapanema.

Agrohidronegocio, campesinado y la disputa sobre el territorio en el Pontal do Paranapanema (SP)

Resumen

Este texto pretende poner en debate la lucha por el territorio llevó a agrohidronegocio la caña de azúcar y el campesinado en el Pontal do Paranapanema (SP). El agrohidronegocio se caracteriza por el monopolio de la tierra y el agua, para producir monocultivos con uso intensivo de las tecnologías avanzadas y agroquímicos, y se basa en la base del discurso del desarrollo. El campesinado se caracteriza por ser una forma de vida y de trabajo en el campo antagónico a agrohidronegocio ambos aspectos productivos como los aspectos ideológicos, por lo tanto, está en cuestión en la producción de alimentos y la diversidad sana, y piensa que el campo como espacio de juego la vida. En Pontal do Paranapanema, al oeste de São Paulo, las familias campesinas han sufrido impactos directos e indirectos de la presencia de agrohidronegocio la caña de azúcar. Estos impactos están relacionados con la dimensión material de la expansión de las plantaciones de caña de azúcar, que están rodeando cada vez más asentamientos rurales y centros urbanos de las ciudades pequeñas en la región, y también relacionado con la dimensión ideológica en la que esta expansión está guiada que consiste en crear mecanismos para captar la subjetividad del sujeto a través del discurso de empleo, la sostenibilidad y la oferta de formación profesional.

Palabras-clave: Agrohidronegocio; campesinado; conflicto; Pontal do Paranapanema

Introdução

Este texto foi organizado a partir das reflexões iniciais da pesquisa de mestrado¹ em desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Traz como objetivo apresentar um debate acerca da disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP) centrada no enfrentamento que os camponeses estão tendo ao agrohidronegocio canavieiro. Como recursos metodológicos utilizados para chegar à estas reflexões, foi realizado levantamento bibliográfico em bases físicas (bibliotecas) e digitais (bibliotecas digitais e periódicos eletrônicos) sobre o tema proposto; análise de documentos oficiais no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (MAPA); coleta de dados secundários, também no MDA e MAPA; e por fim, pesquisa empírica na região de estudos.

Agrohidronegocio vem se afirmando cada vez mais como uma das mais severas marcas do destrutivismo que caracteriza a presença do capitalismo no campo. Trata-se de um modelo de desenvolvimento do capital, conduzido por empresas monopolistas, oligopolistas (nacionais ou transnacionais), caracterizado pelo referencial de alto grau de degradação dos recursos naturais e intensa precarização do trabalho e que se

¹ Título da pesquisa: “O avanço do agrohidronegocio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) e os desdobramentos para a agroecologia: estratégias de reprodução dos camponeses”. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 2015/02962-0.

apropria/concentra terra e água como forma de garantir a acumulação do capital (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Enquanto forma capitalista de reprodução do capital no campo, o agrohidronegócio ambiciona atender fundamentalmente as demandas econômicas oriundas tanto do mercado interno quanto externo (açúcar e etanol, por exemplo). Para cumprir a função de *commoditização* da agricultura, estas empresas necessitam buscar altos índices de produtividade e eficiência que garantam vantagens comparativas dentro do mercado, e para isso impõe mecanismos de controle sobre o meio ambiente e aos trabalhadores.

A agricultura controlada por estruturas políticas e econômicas têm se traduzido em projetos de desenvolvimento para o campo, os quais privam os camponeses de implementar práticas alternativas que desafiarão e romperão esta estrutura (SEVILLA GUZMÁN, 2001).

Fazendo enfrentamento direto a esta ideia de agricultura, temos a resistência camponesa que cumpre a função de questionar o modelo de agricultura dominante que destrói o meio ambiente, as relações sociais, culturais e precariza aqueles que vivem do trabalho assalariado neste ambiente destrutivo. Questionando, os camponeses apresentam outra forma de conduzir o uso da terra, da água e dos recursos naturais, onde a produção parte, primeiramente, da necessidade de sobrevivência e reprodução da vida destes sujeitos (FABRINI, 2007).

Estes dois modelos entram em conflito por sua territorialização, tanto material (uso da terra e dos recursos naturais) quanto imaterial (ideologia). No Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo, que é o nosso recorte espacial para aplicar esta discussão, o capital agroindustrial canavieiro tem criado estratégias diversas para se territorializar, entre elas destacamos: monopólio da terra através da aliança com os latifundiários; permissividade do poder público local através de incentivos fiscais; e, uso do discurso de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que ele se territorializa causa um efeito contrário para o campesinato, uma vez que impede sua territorialização, já que monopoliza a terra, e se apropria dos recursos naturais que são essenciais para o desenvolvimento das formas de reprodução dos camponeses.

No âmbito científico vêm surgindo motivações econômicas e políticas responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas científicas, técnicas e investimentos financeiros para o fortalecimento da agricultura capitalista, e isso vêm tomando lugar das preocupações com o ambiente e as condições de vida e trabalho das famílias camponesas.

Vemos, portanto, que a expansão do capitalismo no campo traz novos elementos para pensar a agricultura camponesa, sendo que para fazer girar a roda do capital as agroindústrias buscam mão de obra até nos territórios camponeses, e estes ante à exploração de sua força de trabalho e da despossessão dos meios de produção pelo capital

vão se distanciando das práticas camponesas. Como um dos resultados, o camponês perde seu território da vida, e se apropria das lutas e de todo o seu histórico de vida na terra para conseguirem, por meio do engajamento político, lutar por um pedaço de chão e viver e produzir com dignidade (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Como forma de resistir na terra e de propor uma forma alternativa de agricultura que ajude no questionamento do destrutivismo do capital agroindustrial canavieiro, a agroecologia surge neste cenário como possibilidade de apontar um novo rumo para a organização do trabalho familiar camponês e para o uso da terra para a produção de alimentos saudáveis.

Podemos observar que muitos são os pontos de vista entorno do que é a agroecologia, muitas são as perspectivas que buscam explicar o modelo alternativo. As abordagens nos permitem entender que este modelo representa uma ruptura paradigmática, tendo como preocupações: a dimensão técnica, onde se busca resgatar as práticas tradicionais de trabalho com a terra e engloba outras novas que se substanciam no desenvolvimento de uma agricultura limpa e saudável, respeitando a saúde ambiental e humana; dimensão socioeconômica, com a valorização dos saberes-fazer dos sujeitos do campo através do fortalecimento do mercado local e abastecimento familiar, privilegiando o trabalho de base familiar e contribuindo com a discussão de soberania alimentar; e a dimensão política, que alavanca a problemática do modelo de desenvolvimento e o papel do Estado no processo de transição agroecológica, tanto para a realização da reforma agrária para que se tenha terra onde os camponeses possam viver e trabalhar, quanto para a elaboração e aplicação de políticas públicas que incentivem as práticas agroecológicas.

Este texto está organizado da seguinte maneira: primeiro apresentamos a discussão entorno da problemática sobre a presença e expansão do capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema. A segunda parte do texto trata na discussão sobre a hegemonia do capital no campo e como isso tem impactado no desenvolvimento da agricultura capitalista com base na monocultura quimificada e que causa a desterritorialização do campesinato. Definimos como recorte espacial para esta análise o Pontal do Paranapanema, porque é uma região que historicamente apresenta episódios de conflitos agrários no âmbito da luta pela terra, e nos últimos anos vem sendo atingida pela presença do capital agroindustrial canavieiro.

A disputa territorial entre agrohidronegócio e campesinato no Pontal do Paranapanema (SP).

O agrohidronegócio enquanto modelo de desenvolvimento do capital no campo é conduzido por empresas monopolistas, nacionais e transnacionais, sob referencial de alto

grau de degradação ambiental dos recursos naturais e de intensa precarização do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2009). Essa forma capitalista de reprodução do capital fundamenta-se para atender apenas as demandas econômicas do mercado interno e externo e não as demandas alimentares, de fato. A priorização da manutenção do abastecimento externo por meio da *commoditização* é uma tendência do mercado, por isso a necessidade de buscar índices de produtividade e eficiência que garantam vantagens comparativas dentro do mercado via mecanismos de controle sobre o meio ambiente e os trabalhadores. Ademais, são características do agronegócio canavieiro em geral a concentração fundiária e a prática monocultora; o controle dos recursos naturais (terra, água e sementes); a degradação do trabalho; a manipulação de sementes/mudas transgênicas; o uso de agrotóxicos. No Pontal do Paranapanema, além dessas problemáticas existe o adicional da grilagem de terras, já que a maior parte dos canaviais são cultivados em terras devolutas (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Contrapondo a este modelo de desenvolvimento, o campesinato se fundamenta no trabalho familiar e busca autonomia baseado na resistência à apropriação monopolista e degradante da terra. Enquanto o agronegócio se impõe como modelo hegemônico com suas formas de controle do trabalho e da terra, o campesinato luta para se manter enraizado na terra, além de se envolver na luta pelo acesso à terra, tendo suas bases alicerçadas na relação do homem com a terra específica, sendo esta relação caracterizada como uma forma de reprodução da sua forma de vida, diferente do capital que tem sua relação baseada na exploração predatória.

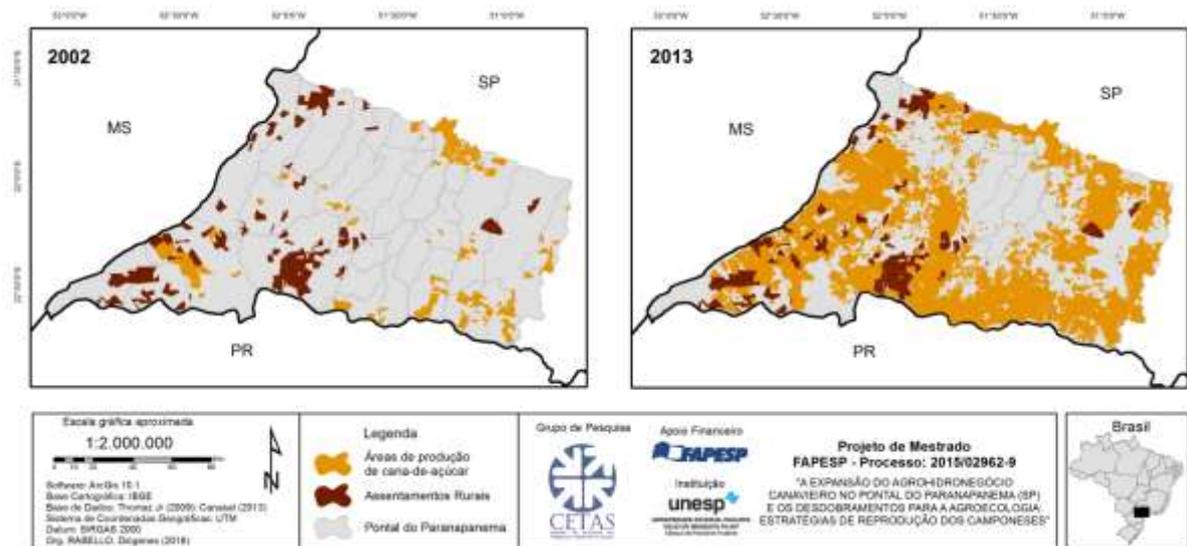
Neste sentido, percebemos que o camponês, depois de passar pelo processo de luta para conquistar a terra, persiste no enfrentamento para permanecer no campo. Trata-se da continuação da luta e da resistência, contra as formas de desterritorialização impostas pelo capital personificados em latifundiários/grileiros. Somado a isso, percebe-se uma ausência de políticas públicas que de fato possam atender as reais necessidades desses sujeitos. O que temos são políticas públicas que apresentam deficiências estruturais, tais como excesso de burocracia no acesso, limitação nas formas de trabalho e aplicação dos recursos e tendência à prática da monocultura e a especialização. Portanto, muitas são as lutas dos camponeses para permanecerem no campo, sendo que todas elas estão ancoradas em duas pretensões fundamentais: para se territorializarem na terra, e para permanecerem territorializados nela (OLIVEIRA, 2001).

Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2005, o capital agroindustrial canavieiro se instala com força no Pontal do Paranapanema, atingindo, no período de 2005 a 2010, aproximadamente 400% de crescimento em área plantada, ou seja, de 75.000ha para 370.000ha (THOMAZ JÚNIOR, 2009). A presença da cana-de-açúcar nos latifúndios os

legítima enquanto terra produtiva, impedindo que essas mesmas porções do território sejam objeto de reforma agrária para as famílias sem terra (Mapa 01).

Conforme o Mapa 1, pode-se notar como houve um grande avanço das áreas de produção de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema. Analisando o período compreendido entre 2002 e 2013 veremos que o avanço aconteceu principalmente no sentido oeste, onde há maior presença de áreas de assentamentos rurais de reforma agrária. Não podemos analisar este fenômeno apenas pelo viés do avanço por si só, devemos nos atentar para todas as problemáticas e conflitos que surgem a partir disso. Como podemos enxergar na representação cartográfica, estas áreas de plantio de cana-de-açúcar estão avançando para os limites dos assentamentos rurais, ou seja, já chegaram nas divisas dos latifúndios com os territórios dos camponeses, isso tem causado uma série de transtornos para as diversas formas de reprodução destes sujeitos, já que a prática da pulverização aérea de agrotóxicos nas lavouras de cana-de-açúcar tem desdobrados em problemas de ordem ambiental interferindo diretamente na saúde humana, ambiental e na produção de alimentos dos camponeses.

MAPA 01: Expansão do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) – 2002 a 2013



Fonte: DataCETAS (2016).
Org. RABELLO, Diógenes (2016).

Conforme Fernandes (2009, p. 13), “a disputa territorial ocorre de dois modos: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios, ou seja, controlando as territorialidades”. Desta forma, o que podemos apontar é que nesse processo de disputa pelo território temos dois campos de enfrentamento: material e imaterial. O capital tem materializado sua disputa criando diversas impossibilidades de reprodução das famílias camponesas, uma vez que os priva do acesso ao território, contamina a água, o

solo e o ar, e impacta diretamente na produção de alimentos protagonizada por estes sujeitos. Ao mesmo tempo, mostra-se como a única possibilidade de manutenção destes sujeitos no campo, pois se eles não têm condições de produzirem na terra acabam vendendo sua força de trabalho para a agroindustrial canvieira. Usa-se do discurso de geração de emprego para captar mão de obra.

Em alguns casos, temos percebido que os camponeses têm buscado empregar sua força de trabalho nas atividades canvieiras, até mesmo como estratégia para continuarem territorializados, ou seja, trabalham fora do lote para criar condições de reprodução dentro do lote. Assim, o avanço da agroindústria canvieira suprime e/ou ameaça as possibilidades de reprodução das populações camponesas, uma vez que as lavouras tornaram-se vizinhas dos lotes dos camponeses e uma das complicações a partir disso é a problemática dos agrotóxicos e seus impactos para a saúde humana, dos animais, dos mananciais, etc., e em consequência, para as formas alternativas de vida e de trabalho dos camponeses (THOMAZ JUNIOR, 2009; RABELLO, 2014). Dessa forma, o capital agroindustrial destrói as possibilidades dos camponeses se reproduzirem, sendo que esses, diante das opções de reprodução suprimidas, buscam trabalho nas atividades canvieiras para continuarem sobrevivendo na terra, porém submissos ao controle do capital.

Fazendo contraposição a este modelo hegemônico do capital agroindustrial canvieiro, nos últimos anos as discussões em torno da agroecologia têm avançado fortemente no interior dos movimentos sociais no campo e nos espaços acadêmicos. A agroecologia vem sendo pensada como uma forma de romper com os padrões “produtivistas” de alimentos. Tem-se discutido a agroecologia cada vez mais como forma de viabilizar o desenvolvimento no campo, permitindo a reprodução do camponês, pensando o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico a qualidade social e ambiental, considerando suas práticas que, de um modo geral, condenam o uso de agroquímicos nos processos produtivos e se preocupa com a produção de alimentos saudáveis. Dessa forma, põe-se no centro do debate o trabalho de base familiar, levando em conta o resgate das formas tradicionais de vida no campo que as gerações camponesas carregam consigo, além de dar grande importância para a biodiversidade e preservação das sementes crioulas.

Desde muito antes das recentes preocupações com as questões ambientais e climáticas os sujeitos tradicionais do campo já se dedicavam em procurar maneiras de organizar o processo de trabalho no campo de forma a praticar uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente. Sempre houve, para eles, o conhecimento de que a relação entre homem e natureza deve acontecer de forma harmônica. Nos dias atuais, quando há uma inversão desta ideia de trocas, a sociedade se empenha em explorar irracionalmente os recursos naturais para fins estritamente econômicos. Diante desse processo de inversão

da relação entre homem e natureza, os povos tradicionais continuaram buscando formas alternativas de agricultura que desafiem o modelo hegemônico de exploração da terra.

Caporal e Costabeber (2004, p. 08) mencionam que “neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico”. Nos termos, Hecht (1999) vai dizer que neste momento nasce a agroecologia para a academia, pois a agroecologia enquanto prática nasce junto com a sociedade, já que sempre houve a necessidade de produção de alimentos.

Sevilla Gúzman (2001) destaca que a agroecologia surge como um contraponto ao neoliberalismo e a globalização econômica, assim como os cânones da ciência convencional, e que procura respeitar a diversidade ecológica e sociocultural, permitindo um conhecimento holístico, sistêmico, subjetivo e pluralista criados a partir das culturas locais/tradicionais. Para o autor, a ciência convencional tem como características o conhecimento partidário, mecânico e universal, enquanto que a agroecologia cumpre o papel de contribuir na elaboração de estratégias para fortalecer o desenvolvimento rural menos prejudicial ao meio ambiente. Além disso, enfatiza alguns elementos que podem servir como orientadores da ação e a importância do desenvolvimento local, endógeno, com destaque para a construção, reconstrução e manutenção do conhecimento local, como artifício para uma transição agroecológica.

Para Altieri (2004):

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI, 2004, p. 23).

O mesmo autor ainda nos lembra que enfrentar o modelo de agricultura moderno atual, moldado à exportação e à mercantilização, implica em combater as falsas promessas feitas pela indústria da engenharia genética como: toda atividade agrícola é dependente de insumos químicos e biotecnologia que favorece no aumento da produtividade e redução dos custos.

É importante destacar que a agroecologia está baseada no princípio do resgate tradicional de vida e de trabalho no campo. Desta forma, o retorno que se tem a esta tradicionalidade se trata de recuperar a concepção de vida e de trabalho no campo. Isto é, acreditamos que para viver a atualidade da questão agrária (conflitos pelo acesso e pela permanência na terra) é necessário que se recupere as concepções das relações entre o homem e a terra. Já alerta Paulino (2006), que o campesinato se caracteriza pela apropriação da terra como forma de sustentar seu modelo de vida baseado na exploração

cultural e social, ou seja, a terra é onde se produzem condições para a manutenção da vida. Este resgate permitirá negar o modelo predador de uso da terra (protagonizado pelo capital) ao mostrar as possibilidades de produção de alimentos sem o emprego de agroquímicos.

A discussão sobre o campesinato nem sempre esteve presente nos estudos geográficos. Marques (2008), afirma os que estudos com camponeses começam a ser cunhados a partir da década de 1950, no momento em que as Ligas Camponesas surgem como uma das primeiras forças políticas na luta contra a concentração fundiária e pelo acesso à terra. Ainda segundo a autora, o conceito de campesinato começa a ser desenhado tendo como perspectiva a diversidade das formas sociais pautadas na relação de trabalho da família e formas distintas de acesso à terra como: o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc., antes disso, o que se entendia por camponês estava diluído nas definições específicas de cada região (caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, caçara no litoral paulista, colono ou caboclo no sul). São definidos ainda alguns elementos comuns, como a centralidade do papel da família no processo de organização da produção e na constituição de seu modo de vida, baseado no trabalho com a terra (MARQUES, 2008).

Para Chayanov (1974), dois aspectos são fundamentais para a caracterização do modo de produção camponesa: a necessidade da família camponesa, gerada internamente, e os recursos da unidade familiar, sobre os quais se encontra assentado o processo produtivo. Shanin (2005) vai dizer que o campesinato é um modo de vida diferente formado por elementos com características singulares e com capacidade para desenvolver relações sociais diferentes de outros sujeitos. Choncol (1986 *apud* GERARDI; SALMONI, 2014) concorda com Shanin, quando diz que a economia camponesa segue regras de funcionamento particulares, podendo estar relacionada a diferentes modos da produção de consumo, e todo o sistema produtivo está orientado para a reprodução da unidade familiar.

Paulino (2006) traça algumas diferenças entre os dois modelos de agricultura presentes no campo no Brasil. Segundo a autora,

Enquanto na agricultura capitalista a mercadoria primordial dos trabalhadores é a força de trabalho, sendo as demais transacionadas no emaranhado das relações econômicas, nas unidades camponesas a inserção dos trabalhadores não se dá nesses mesmos moldes, pois o que elas têm a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, mas a renda camponesa da terra (PAULINO, 2006, p. 29-30).

A autora complementa a ideia dizendo que o que temos de mais visível no campo desta distinção entre agricultura camponesa e agricultura capitalista está na forma como se caracteriza a propriedade. Paulino (2006) explica que na agricultura camponesa a propriedade se constitui com o propósito de terra de trabalho, cuja exploração se dá com

base nas necessidades emergentes de reprodução social das famílias camponesas. Por outro lado, na propriedade capitalista a terra é objeto de negócio, caracterizada como instrumento de exploração do trabalho do outro (mais-valia), sendo, também, objeto de acumulação de capital e reserva de valor.

Como aponta Oliveira (2001), entender as tramas que se desenrolam no campo é, antes de tudo, uma questão política, portanto, “é fundamental nos estudos sobre o campo, respeitar o direito que o campesinato tem de se expressar politicamente” (OLIVEIRA, 2001, p. 49).

Nossas reflexões nos levam a defender a tese de que o campesinato resiste (e existe), e suas formas de conflito, suas lutas e enfrentamentos compõem a atualidade da questão agrária. Baseamo-nos na ideia de que mesmo o capitalismo agrário sendo uma força hegemônica e aliado ao Estado, ainda precisa disputar o território com o campesinato, portanto, para que haja disputa o sujeito a ser enfrentado precisa existir e precisa possuir força política e ideológica para se colocar na disputa.

Estes pressupostos têm sido base para entender a agroecologia como uma das alternativas de produção socialmente mais eficaz. Pensar a agroecologia apenas como um modelo que possibilite ruptura técnica, centrada no combate à agricultura prejudicial ao meio ambiente e que gera degradação ambiental, não nos permite entender este conceito de forma holística. A agroecologia nos permite ir além, ou seja, entender e propor reflexões em torno das questões sociais que perpassam as discussões de organização enquanto comunidade, buscando melhores condições de reprodução. Busca-se ainda, a autonomia e minimizar a dependência do consumo externo, levando o camponês a priorizar o abastecimento interno.

A agroecologia não contribui apenas para a produção de um modo de vida menos prejudicial ao meio ambiente. Mais que isso, considera o sujeito do campo como protagonista na produção de alimentos saudáveis, sendo que o principal desafio é implementar a agricultura alternativa imersa num modelo de sociedade que se estrutura sob condições adversas para a produção de alimentos de qualidade. Nesta relação, o camponês aparece como sujeito detentor de sabedoria tradicional e procura valorizá-los enquanto fundamentais e intrínsecos aos fazeres dos povos tradicionais, saberes que são adquiridos historicamente através do trabalho com a terra e que são passados de geração em geração. É importante destacar que a agroecologia acontece no bojo das relações sociais destes sujeitos, pois são eles os portadores de práticas e técnicas de trabalho com a terra e relações sociais no campo capazes de construir e sustentar este modelo de produção.

É nesse sentido, então, que pensamos a agroecologia. Isto é, não apenas ancorada no discurso das vantagens para o meio ambiente e vida saudável, mas enquanto

saber pautado nas práticas que podem ser potencializadas como forma de resistência dos camponeses ao modelo de desenvolvimento da agricultura fundada no agronegócio.

É importante sintonizar o entendimento da agroecologia com a relação do sujeito com o território. As especificidades de cada território e dos diversos sujeitos lhes permitem incorporar novos elementos próprios de cada lugar. Remetendo-nos à discussão da agroecologia verticalizada para o território vemos, primeiramente, que a geografia de cada região (aspectos físicos, naturais e sociais) possibilita novas formas de produção, cada uma delas associadas às riquezas naturais de cada território. Outro viés dessa análise é a necessidade do território, ou seja, não existe agroecologia se o camponês não estiver territorializado no campo, desta forma (re)afirmamos a necessidade e urgência da reforma agrária.

Vertentes teóricas que defendem a integração do camponês na agricultura capitalista fazem uso indevido do conceito de agroecologia. Estas correntes teóricas entendem a agroecologia como uma forma de inserção do camponês no mercado, representando uma possibilidade diferenciada de entrar na disputa pelo mercado tendo produtos diferenciados para oferecer, podendo desta forma, gerar mais lucro. É importante nos atentarmos para a diferença entre agroecologia e produção orgânica. A produção orgânica cuida da proposta de uma agricultura livre de agrotóxicos e que faz uso de recursos naturais no processo produtivo. A agroecologia além de considerar a erradicação do uso de agrotóxicos e a utilização dos recursos naturais, agrega elementos políticos e sociais que a torna uma proposta contra-hegemônica e de enfrentamento. Ou seja, a agroecologia não está preocupada com a inserção do camponês no mercado, ela traduz a essência do ser camponês, que é explorar a terra para o sustento familiar, em primeiro lugar, e comercialização do excedente para suprir demais necessidades, e essa comercialização não busca o enriquecimento financeiro, mas o aproveitamento do excedente como forma de garantia da reprodução.

A opção do Brasil por uma agricultura de base capitalista.

Diante desta realidade podemos apontar que o campo tem sido alvo de disputa pelo território, protagonizada pelo capital de um lado, e pelos camponeses organizados enquanto movimento de outro. Considerando que o território é o espaço de existência (FERNANDES, 2009), o conflito que esta disputa entre agronegócio e campesinato gera visa suprimir uma das duas forças, pois é impossível que ambos convivam.

O Brasil, desde a sua formação já guarda características de exploração capitalista da terra. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer para a Europa o açúcar, tabaco e alguns outros gêneros; mais

tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café. É com tal objetivo, de atender o mercado externo, que se organizou a sociedade e a economia brasileira (PRADO JUNIOR, 1945, p. 23).

Oliveira (2001) também nos alerta para o fato de que no Brasil o desenvolvimento capitalista de produção se dá através da fusão entre o capitalista e o latifundiário, processo este originado no período da escravidão, tendo como resultado o fortalecimento da concentração de terras e da propriedade privada da terra. O autor ainda ressalta que as grandes extensões de terras se concentram nas mãos dos grandes grupos econômicos, e por isso tem função de reserva de valor e reserva patrimonial, funcionando “como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais” (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Carvalho (2013) além de concordar com a tese de que a finalidade da concentração de terras é a de mantê-las como reservas de valor, contribui para a discussão acrescentando a ideia de que “essa acumulação via espoliação do campo no Brasil contemporâneo é a resultante de um pacto estratégico da economia política entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria, a propriedade fundiária e o Estado” (CARVALHO, 2013, p. 3).

Enquanto o agronegócio se desenvolve com base na exploração capitalista da terra, onde a produção gerada serve para o enriquecimento das grandes empresas multinacionais, os camponeses estão alicerçados no trabalho de base familiar, cuja exploração de terra se estabelece com o objetivo primeiro de atender as necessidades básicas da família.

O desenvolvimento do agronegócio no Brasil se dá, também, graças a uma estrutura de poder existente no país. Segundo Freitas e Germani (2012):

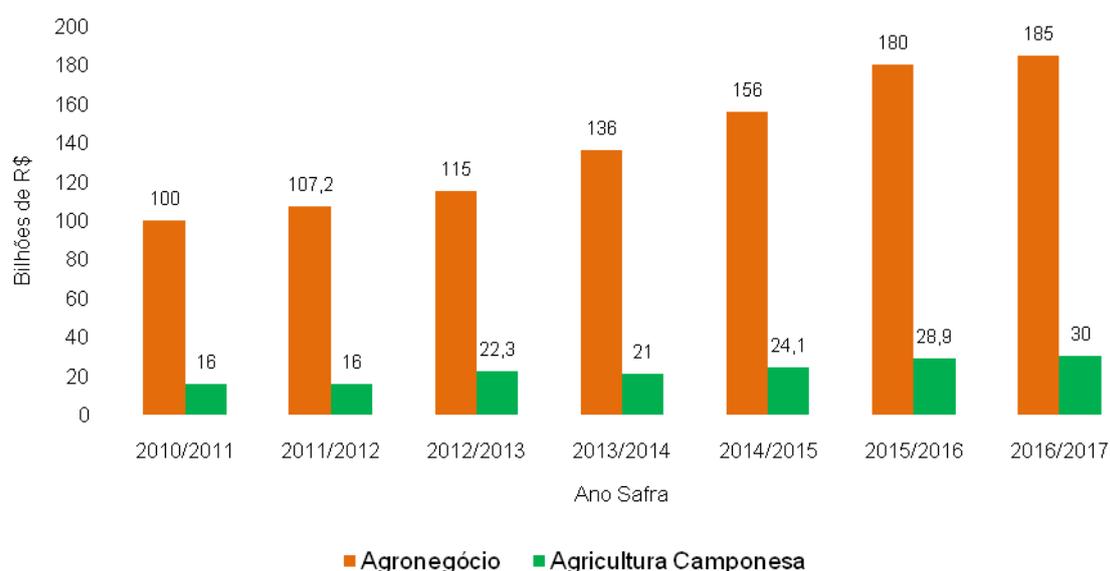
[...] a supremacia da política agrícola é fragmentada na estrutura de poder do Estado, considerando segregação espacial da agricultura patronal e familiar representada de forma institucional pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), respectivamente- além da hierarquização orçamentária, na qual os recursos destinados para à agricultura familiar representam, em média, 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal (ainda que estes tenham aumentado significativamente nos últimos anos agrícolas) (FREITAS e GERMANI, 2012 s/n.)

A adoção de uma política agrária que privilegie o desenvolvimento do capitalismo no campo tem abandonado as pautas entorno da reforma agrária e das lutas sociais do campo. Isso está orientado pela distribuição dos recursos públicos destinados para o incentivo do agrohídronegócio e do campesinato, já que as agroindústrias conseguem desenvolver suas atividades contando com largos recursos financeiros e grandes

possibilidades de isenção de impostos, enquanto aos camponeses resta uma parcela mínima de recursos. Isso define que tipo de desenvolvimento para o campo que o Brasil está adotando, já que o agronegócio está preocupado com a produção de *commodities* com atenção para o mercado externo e os camponeses são os responsáveis pela produção de alimentos.

O Gráfico 01 ilustra a evolução dos recursos despendidos pelo Estado para a agricultura no Brasil. Como dito, a política agrária é dividida em dois setores: o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e MDA (Ministérios do Desenvolvimento Agrário), historicamente este dois ministérios tem trabalhado a agricultura em escalas diferentes. Enquanto o MAPA tem incentivado a produção de *commodities* e o desenvolvimento do agronegócio, o MDA tem subsidiado o planejamento das atividades da agricultura camponesa.

GRÁFICO 01: Evolução dos recursos aplicados na agricultura no Brasil (2010-2017)



Fonte: Plano Safra (MDA), documentos de 2010 até 2016; e Plano Agrícola e Pecuário (MAPA), documentos de 2010 até 2016.

Org.: Rabello, Diógenes (2016).

Conforme mostram os dados, os recursos destinados para o agronegócio tiveram um acréscimo de R\$85 bilhões nos últimos sete anos, enquanto que os recursos para a agricultura camponesa tiveram um acréscimo de R\$14 bilhões no mesmo período. Quando analisamos o montante de recursos, verificamos que para o ano safra de 2016/2017 a agricultura camponesa receberá apenas 13,9% do total dos recursos destinados para a agricultura.

É importante destacar que o foco do Plano Agrícola e Pecuário para o agronegócio é, segundo o MAPA, tornar as taxas de juros vantajosas para os produtores do agronegócio,

aumentar o volume de recursos disponibilizados para a agricultura extensiva e aumentar o valor para financiamento. Isso mostra que o governo pretende facilitar as formas de acesso à crédito para os latifundiários, e investir fortemente na monocultura. Em contrapartida, o MDA trás como metas para a agricultura camponesa no Plano Safra: aumentar a produção de alimentos de base agroecológica, garantir mais renda no campo e maior estabilidade dos preços para os pequenos produtores, incentivar a geração de renda para as mulheres camponesas e melhorar a inserção dos jovens do campo no trabalho familiar e garantir sua autonomia.

Contraditoriamente, mesmo subjugados pelo capital e esquecidos pelo Estado, os camponeses ainda continuam cumprindo seu papel fundamental na produção de alimentos. Como podemos observar pelos dados da Tabela 01, são os pequenos agricultores que estão se dedicando na produção de alimentos que compõem a alimentação da população brasileira, e reafirma que não são os latifúndios que estão produzindo alimentos, como propagandeado pela mídia.

TABELA 01: Volume de produção de alimentos por tamanho da propriedade

PRODUTO	PEQUENO (0 a 200 ha)	MÉDIO (de 200 a 1000 ha)	GRANDE (1000 ha acima)
Abacaxi	83,0%	11,7%	4,7%
Amendoim em casca	61,2%	17,7%	20,8%
Arroz em casca	42,3%	27,0%	30,0%
Batata-inglesa	55,4%	16,5%	27,7%
Cebola	94,1%	4,6%	0,9%
Feijão-preto em grão	88,1%	8,2%	3,2%
Feijão de cor em grão	63,9%	15,4%	20,0%
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar	88,9%	6,3%	3,3%
Mandioca (aipim ou macaxeira)	90,8%	7,1%	0,8%
Melancia	89,5%	5,6%	4,1%
Melão	36,8%	18,3%	44,6%
Milho em grão	57,0%	19,9%	22,9%
Tomate rasteiro (industrial)	73,3%	20,8%	5,5%
Trigo em grão	41,4%	38,5%	20,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Censo Demográfico de 2006.

Org.: Mitidiero Junior, Marco Antonio; Barbosa, Humberto Junior, 2016 (mimeo).

Esses dados mostram que o Estado tem se empenhado muito mais em apoiar e investir no agronegócio, do que na agricultura camponesa, mesmo sendo evidente que o

modelo de agricultura que está cumprindo com a função de produzir alimentos e gerar renda é a agricultura camponesa.

Ou seja, fica evidente que o Estado está muito mais interessado em “crescer economicamente” e se inserir no cenário agrário-exportador global, do que alimentar a população. Podemos, portanto, dizer que o Estado tem adotado um modelo de desenvolvimento para o campo pautado na concentração de terra e produção de riqueza para as grandes empresas de capital agroindustrial, fortalecendo os impérios agroquímicos-alimentares-financeiros (RABELLO; THOMAZ JUNIOR, 2015).

Isso gerado resultados como o cenário vivenciado no Pontal do Paranapanema. Se retomarmos as discussões apresentadas na primeira seção deste texto veremos que a inclinação do Estado para o fomento da agricultura capitalista é fundamental para a expansão do agrohidronegócio canavieiro na região (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2012; BARRETO, 2012). Acrescenta-se a isso, a falta de políticas públicas que agreguem os camponeses, já que as poucas políticas acessadas, como o caso do PAA² (Programa de Aquisição de Alimentos), apresentam deficiências estruturais que caminham para a subordinação da família camponesa ao Estado (LEAL, 2013). Nesta equação, onde o capital suprime as possibilidades de reprodução dos camponeses e as políticas públicas são ineficientes, caímos no risco de reforçar o discurso da viabilidade da agricultura capitalista.

Por fim, vale lembrar as ameaças que os sujeitos do campo (e vários outros setores da sociedade) vêm tendo com o golpe político/jurídico/midiático sofrido pelo mandato da Presidenta Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Assim que assumiu a presidência da República, o Presidente Interino Michel Temer extinguiu, entre outras pastas, o MDA, que com todas as limitações e entraves era o responsável pela criação e aplicação de políticas públicas para a agricultura familiar. Mesmo funcionando com pouco mais de 13% do total dos recursos destinados para agricultura no Brasil (Gráfico 01), o MDA vinha investindo em políticas públicas para o desenvolvimento da pequena agricultura. Tem-se discutido nos espaços acadêmicos e políticos, que com a extinção da pasta muito avanço já conquistado será perdido. Vale lembrar que era o MDA o responsável pela instituição e aplicação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), principal programa de incentivo para a agricultura camponesa, e a PLANAPLO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), uma das mais significantes iniciativas para a promoção da agroecologia no Brasil, diante deste cenário, houve poucas perspectivas de que se avancem com estas políticas. No mês de setembro, após uma série de pressões sobre o governo, o Interino decidiu por reativar a pasta, porém a atitude de desativar o ministério

² Programa criado no governo Lula (2003) que visa comprar os alimentos produzidos pelos camponeses e distribuir gratuitamente para entidades sociais (escolas, igrejas, asilos, creches, assistência social, etc.). A comercialização é realizada por meio da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

como uma das primeiras ações do seu projeto de governo, já nos demonstra sob quais condições os camponeses estarão trabalhando nos próximos anos.

Conclusão

Analisando o atual cenário do campo brasileiro e as políticas públicas para o agrohidronegócio e para agricultura camponesa é possível concluir que o agronegócio conta com maior incentivo do Estado, e isso tem resultado, sobretudo, na manutenção da estrutura fundiária caracterizada pelo latifúndio e no incentivo da produção de *commodities* com base na quimificação e não da produção de alimentos. Apesar de alguns avanços que ocorreram nos últimos anos para agricultura camponesa ela ainda está sendo vista pelo Estado em um segundo plano. A forma como são distribuídos os recursos públicos destinados para a agricultura nos mostra que o Brasil tem optado por um modelo de desenvolvimento que explora de forma predatória a terra e seus recursos, expulsa os povos no campo e pratica uma agricultura que serve apenas para o enriquecimento dos impérios agroquímicos-alimentares-financeiros. E este modelo não apenas causa prejuízos irreparáveis de ordem ambiental e social, mas busca suprimir cada vez mais o modelo oposto a ele, que é o campesinato.

O campesinato sendo uma forma de organização social das famílias de vivem e trabalham na/da terra, onde a relação do homem com a terra é completamente contrária à relação na qual o agrohidronegócio está ancorado, se apropria dos recursos oferecidos pela terra para garantir suas condições de reprodução, enquanto que o outro modelo explora os recursos da terra para gerar lucro.

Em meio a esta disputa por território surge as discussões entorno da agroecologia tendo os movimentos sociais do campo como principais incentivadores e os camponeses como responsáveis pela construção desta prática e saber. Pensar a Agroecologia apenas enquanto um modelo que possibilite uma ruptura paradigmática, centrada apenas no combate ao modelo de agricultura prejudicial ao meio ambiente que gera degradação ambiental não nos permite entender este conceito de forma holística. A agroecologia nos permite avançar, entender e propor reflexões sobre as questões técnicas, sociais, econômicas e políticas, que perpassam pelas discussões de organização enquanto comunidade buscando melhores condições de reprodução; pelas discussão de gênero, pois o trabalho pretende ser em família; busca-se a autonomia, ou seja, minimizar a dependência do consumo externo levando o camponês a priorizar o abastecimento interno; e ainda, uma questão econômica, onde há a possibilidade de fortalecimento dos mercados locais através de circuitos curtos de comercialização.

Vale lembrar que a realidade do campo é complexa, por isso abre margens para diversos pontos de vista e interpretações de acordo com as visões de mundo que cada indivíduo adota para si. Desta forma, queremos entender que o que se passa no campo hoje é o avanço do capitalismo predador, que sufoca as populações tradicionais e suprime suas possibilidades de reprodução, tanto pelo monopólio da terra quanto pelo esgotamento dos recursos naturais. Mesmo diante da hegemonia capitalista, estes povos têm criado diversos mecanismos para resistir a esta investida do capital, e tem se reportado a estratégias de luta para permanecer territorializado.

Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2004.

Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA. Presidente Prudente: NERA, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/>

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2010/2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2011/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2012/2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2013/2014.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2014/2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2015/2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2016/2017.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar – DATER: IICA, 2004.
- CARVALHO, H. M. de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, s/p, dez. de 2013.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.
- CHONCHOL, J. **Societés et economies paysannes. Paysanas Avenir lês Societés Rurales du Tiers Monde**. Paris: La Decouveert, 1986, 299 p.
- FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 10, n. 11, p. 5-22, 2007.
- FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FREITAS, I. H.; GERMANI, G. I. O desenvolvimento territorial rural em questão. **Revista Mercator**, Fortaleza, p.19-33, 2012
- GERARDI, L. H. O.; SALMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: Carvalho, H. M. de (Org.): **Chayanov e o campesinato**. (1ª Edição). São Paulo, Expressão Popular, p. 163-178, 2014.
- HECHT, S. B. A Evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. (Ed.) **Agroecologia - as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1999. In: La praxis Del ecofeminismo. Org: Mies, Maria. Shiva, Vandana. Ed. Icaria. Barcelona, 1999.
- LEAL, S. C. T. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a disputa territorial em torno da luta pela/na terra no Ponal do Paranapanema – SP**. Monografia (Bacharelado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2013.
- MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente. Ano 11, n. 12, p.57-67, 2008.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006**. João Pessoa, 2016. (mimeo).
- OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo, Contexto, 2001.
- PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.
- PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1945.
- RABELLO, D. **Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica**. Monografia (Bacharelado

em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2014.

RABELLO, D.; THOMAZ JUNIOR, A. **As diferenças entre os incentivos para o agrohidronegócio e para a agricultura camponesa no Brasil e as consequências para o desenvolvimento do/no campo.** In: II Seminário Internacional SETED/ANTE - Estado, Território e Desenvolvimento, 2015. Anais... SETED/ANTE, Santiago de Compostela/Espanha, 2015.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

SHANIN, T. A definição do Camponês: conceituações e desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 08, n. 07, 2005, p. 1-21.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, v.2. 2013. p.325-340.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos).** 2009. 997f. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. et al. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) – Brasil. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XVI, Nº 416, 2012.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.